

Mercado livre, inserção do Brasil na economia mundial

GAZETA MERCANTIL

07 DEZ 1990

Nelson C. Braga *

A economia brasileira passa por um período de rápidas e profundas mudanças que, de certa forma, ocorrem como resposta a antigos anseios de diversos segmentos de nossa sociedade e criam ambiente propício para os analistas e historiadores econômicos.

Não é fenômeno recente a discussão sobre a necessidade da inserção do Brasil na economia mundial e sobre os caminhos a serem percorridos para a construção de um País moderno, que possa ser membro do seleto grupo dos "desenvolvidos". A equipe econômica do governo iniciado em 15 de março entendeu, corretamente, que essa modernização passa, necessariamente, por três pontos:

1) A adoção, a nível interno, dos mecanismos de mercado como os principais reguladores da atividade econômica, diminuindo a intervenção governamental, principalmente no que se refere ao controle de preços, câmbio e salários.

2) A redução gradativa das tarifas alfandegárias, aumentando o grau de exposição dos produtores locais à concorrência internacional.

3) A prioridade absoluta no combate à inflação para reduzi-la a patamares "civilizados".

A nível das empresas, este novo modelo se traduz na redução da presença do Estado protetor e distribuidor de benesses e numa situação onde o empresário, como contrapartida ao direito de obter lucro de sua eficiência empresarial, absorve os eventuais prejuízos decorrentes de fatos fora de seu controle. Isso implica na introdução de pressão competitiva como elemento indutor da eficiência e na aceitação do risco como parte essencial do processo de decisão empresarial.

Entretanto, os caminhos para o livre-mercado são sinuosos e contêm mais implicações do que pode supor nossa "vã filosofia". Depois de tantos anos acostumados a privatizar lucros e a socializar prejuízos, não seria de esperar que os empresários nacionais abrissem mão deste "hábito" com muita facilidade. Ao contrário, o mais ingênuo dos "descamisados" seria capaz de prever um elevado grau de resistência que, certamente, colocaria muitos obstáculos a esta caminhada.

Não obstante, parece que a "qualificadíssima" equipe econômica do governo ou não teve esta habilidade de antecipação ou subestimou o poder de resistência do setor empresarial ou simplesmente teve uma recaída de intervencionismo estatizante (onde o interesse público quase sempre aparece associado, incesantemente, ao do setor privado) típica dos recém-convertidos às virtudes do liberalismo.

De qualquer forma, para que a "transição" pudesse se realizar, seria necessá-

rio, como pressuposto básico, que o governo demonstrasse acreditar, ele próprio, no livre-mercado que tem, com tanta veemência, defendido a nível de discurso. E, independentemente das reais motivações, o fato é que com muita frequência os tecnocratas, ao serem surpreendidos por resultados imprevistos, adotam "práticas paternalistas antigas", em um evidente recuo da postura radical modernizadora.

O exemplo mais recente está sendo dado pela atuação do Banco Central na condução da política monetária e no seu relacionamento com os agentes financeiros.

Não há como negar que esta atuação ganha relevância a partir do momento em que as chances de sucesso do programa de estabilização econômica, prioritário e de vital importância para o governo, repousam, principalmente, em um rígido controle do nível de liquidez do mercado.

Por outro lado, devemos reconhecer que aquele banco, até agora, vinha desempenhando seu papel com relativa competência. Ocorre que uma política monetária restritiva, em um ambiente de livre-mercado, que se pretende já implantado, pode trazer severos prejuízos a agentes que ainda não assimilaram as novas regras.

Como já mencionamos, a bem da efetiva absorção pela classe empresarial da "nova filosofia prevalecente", teria sido desejável que o governo, como condutor do processo, estivesse, desde o início, alerta para esta possibilidade e preparado ou para minimizá-la, adotando estratégia mais gradualista, ou para enfrentar as reações e pressões naturais daí decorrentes.

Isso não foi, entretanto, o que pudemos observar. O Banco Central praticou uma política agressiva de mercado aberto e, no momento em que isso significou grandes prejuízos para os agentes, não hesitou em recuar e voltar à velha máxima de "socializar o prejuízo", contrariando frontalmente as práticas da livre concorrência e da economia de mercado.

De fato, em 10 de outubro, o Bacen se dispôs a trocar LTN que o mercado estava carregando (com vencimentos até 31 de outubro), por outras com taxas de juros mais altas. Com isso estancou o prejuízo que os agentes vinham acumulando diariamente com aqueles títulos, o que, se não é um procedimento totalmente compatível com a "filosofia de livre-mercado", justifica-se parcialmente pela "necessidade de preservar o mercado para títulos do governo".

Contudo, o que não se justifica, de forma alguma, é o fato de o Banco Central haver pago pelos títulos que o mercado carregava preços em média cerca de 6% acima do seu valor de mercado. Dessa forma, além de estancar o prejuízo dos agentes, ainda lhes assegurou um ganho adicional (e,

consequentemente, um prejuízo para o Tesouro) de cerca de US\$ 50 milhões, em um único dia.

Vale ressaltar que, embora esta cifra possa parecer pouco expressiva face ao volume de recursos movimentados diariamente no mercado aberto, ela equivale ao montante que, segundo o próprio presidente do Banco Central, seria necessário, por exemplo, para recuperar, em seis meses, a situação financeira do Banco do Estado do Piauí, sob intervenção extrajudicial.

Este exemplo de comportamento dúbio por parte da autoridade monetária em nada contribui para dar credibilidade ao discurso governamental de "economia moderna de livre-mercado". Ao contrário, a discrepância entre a realidade e o discurso oficial deixa a suspeita de que estão de volta, se é que algum dia se foram, velhas práticas típicas de um governo pouco transparente.

* Professor da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.